

## From the ground: promovendo a realização de direitos através da mobilização de receitas justas do sector extractivo

- Dez (10) organizações nacionais e internacionais assumem o compromisso de colaborar em actividades de advocacia, pesquisa e capacitação a nível local, nacional, regional e internacional com o objectivo de reduzir as desigualdades e melhorar a realização dos direitos humanos como resultado de uma mobilização e utilização mais progressiva, transparente e responsável das receitas do sector extractivo na África Subsaariana.





“

**Estima-se que todos os anos os países africanos perdem cerca de 88,6 mil milhões de dólares (o equivalente a 3,7% do PIB de África)<sup>3</sup> apenas com a fuga ilícita de capitais<sup>4</sup>. Estas receitas poderiam ser utilizadas para resolver os défices fiscais, de capital humano e de infra-estruturas que constituem obstáculos ao crescimento sustentado, abrangente e inclusivo, e para alcançar melhorias nos indicadores sociais.**

”

**R**ealizou-se entre os dias 16 e 18 de Outubro de 2023 o *kick-off* do projecto *From the Ground*, uma iniciativa implementada pelo consórcio composto pelo Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD), OXFAM Moçambique, Comissão de Direitos Humanos do Quénia (Kenya Human Rights Commission - KHRC), Instituto de Finanças Públicas do Quénia (Institute of Public Finance-Kenya - IPFK), OXFAM Quénia, OXFAM Africa, Centro Alternativo de Informação e Desenvolvimento (Alternative Information and Development Centre - AIDC), OXFAM Novib e o Centro de Pesquisas em Corporações Multinacionais (Centre for Research on Multinational Corporations – SOMO). A iniciativa pretende promover acções de capacitação, provisão de ferramentas, apoio a pesquisas, facilitação do *networking* entre diferentes países e advocacia conjunta ao nível nacional, regional e internacional para a promoção da realização de direitos através da mobilização de receitas justas do sector extractivo na África Subsaariana.

A África é um continente rico em recursos naturais. A exploração e produção mineral, de petróleo e de gás constituem uma parte fundamental de muitas economias africanas<sup>1</sup> e é neste sector onde geralmente são colocadas grandes expectativas de promoção do desenvolvimento. As dotações consideráveis de recursos naturais e as receitas fiscais potencialmente elevadas provenientes da sua extracção em vários países da África Subsaariana proporcionam uma oportunidade sem precedentes para o crescimento e o desenvolvimento económico<sup>2</sup>. No entanto, a falta de transparência, os regimes fiscais fracos, as regras fiscais internacionais desactualizadas, os tratados fiscais que favorecem os países ricos, a falta de utilização prudente de incentivos fiscais e utilização de esquemas agressivos de fuga ao fisco por empresas multinacionais em geral, faz com que os países africanos percam milhões de dólares em receitas fiscais tão necessárias todos os anos.

Estima-se que todos os anos os países africanos perdem cerca de 88,6 mil milhões de dólares (o equivalente a 3,7% do PIB de África)<sup>3</sup> apenas com a fuga ilícita de capitais<sup>4</sup>. Estas receitas poderiam

ser utilizadas para resolver os défices fiscais, de capital humano e de infra-estruturas que constituem obstáculos ao crescimento sustentado, abrangente e inclusivo, e para alcançar melhorias nos indicadores sociais.

É neste contexto que a iniciativa (*From the Ground*) implementada em Moçambique, Quénia e África do Sul, com o apoio do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia, promove a mobilização doméstica de recursos do sector extractivo através de reformas que reduzam os “vazamentos” existentes e a advocacia para que estas receitas sejam usadas de forma mais progressiva, transparente e responsável. Em cada país o projecto trabalha directamente com as comunidades afectadas, capacitando e apoiando o engajamento com funcionários governamentais para promover mudanças específicas. No Quénia e em Moçambique, o projecto trabalhará com as comunidades para apoiar as suas exigências de transparência e implementação eficaz da política de partilha de receitas. Na África do Sul, o projecto trabalhará com as comunidades mineiras nas implicações da fuga ao fisco para o investimento nas prioridades de desenvolvimento local. Ao trabalhar com as comunidades, o projecto apoiará a igualdade de género e incluirá o envolvimento de jovens e grupos marginalizados.

A iniciativa também apoia o envolvimento das organizações da sociedade civil em questões de política nacional, fornecendo assistência técnica para a promoção da advocacia nacional sobre a mobilização e utilização de receitas para a realização de direitos humanos. Dado que a política fiscal tem um carácter inerentemente internacional, as acções de advocacia irão se estender ao nível regional para garantir que os países africanos continuem a pressionar pela justiça fiscal nos fóruns internacionais.

Esta iniciativa combate de forma geral os sistemas fiscais injustos, que continuam a alimentar as desigualdades e o agravamento das disparidades no gozo dos direitos humanos, transferindo o fardo do financiamento dos serviços públicos para os mais desfavorecidos da sociedade e concentrando a riqueza nas mãos de poucos privilegiados.

<sup>1</sup> TJNA (2016). Tax and Extractives. <https://www.taxjusticeafrica.net/sites/default/files/publications/Tax-and-Extractives.pdf>

<sup>2</sup> Lundgren, C., Thomas, A. & York, R. (2013). Boom, Bust, or Prosperity? Managing Sub-Saharan Africa's Natural Resource Wealth. International Monetary Fund, <https://www.imf.org/external/pubs/ft/dp/2013/dp1302.pdf>

<sup>3</sup> Dinheiro que é obtido, transferido ou utilizado ilegalmente.

<sup>4</sup> United Nations (2020). Economic Development in Africa Report 2020: Tackling Illicit Financial Flows for Sustainable Development in Africa. [https://unctad.org/system/files/official-document/aldcafrica2020\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/aldcafrica2020_en.pdf)



***Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.***

***Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.***



#### INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para Direitos Humanos  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beúla  
**Autor:** Nelsa Langa  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** <http://www.cddmoz.org>

#### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

